



CHUVAS

Em seis estados, destruição e morte

Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia sofrem os impactos das enxurradas e deslizamentos. Municípios suspendem aulas e tentam se preparar para evitar que a tragédia não seja maior

» FABIO GRECCHI

As fortes chuvas começam a deixar um saldo de destruição em alguns pontos do país. A situação mais difícil é no Paraná e em Santa Catarina, mas também há registros de mortes, desabrigados e desalojados no Estado do Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Espírito Santo e na Bahia. Os casos mais graves até agora são o da BR-376, em Guaratuba (PR) — onde há carros e caminhões soterrados por causa da queda de uma encosta — e alguns municípios catarinenses afetados pelas enchentes — como Florianópolis, que decretou situação de emergência e suspendeu as aulas.

De acordo com balanço da Polícia Rodoviária Federal (PRF), ao menos sete rodovias em três estados permanecem parcialmente ou integralmente interditadas. Na BR-376, depois de 50 horas de buscas, as equipes de resgate chegaram à área onde há carros soterrados. Nem novos corpos, nem sobreviventes, no entanto, foram encontrados e o número de mortos até agora permanece de duas pessoas. O Corpo de Bombeiros, que inicialmente estimou em cerca de 30 o número de possíveis desaparecidos, já trabalha com a possibilidade de haver menos vítimas.

Na madrugada de ontem, foi realizada uma limpeza da pista sentido norte, retirando do local 7 mil m³ de massa terrosa. Os bombeiros começaram a trabalhar na região mais sensível da ocorrência, em que a lama soterrou os veículos. A área tem extensão de 4,5 mil m² e o volume de terra a ser removido é o equivalente à carga de 250 caminhões basculantes.

Em Florianópolis, o prefeito Topázio Neto decretou situação de emergência na cidade por

AFP/Corpo de Bombeiros de Santa Catarina



As equipes de resgate conseguiram tirar, na madrugada de ontem, cerca de 7 mil m³ de massa terrosa que desabou sobre a BR-376

conta das fortes chuvas que atingem Santa Catarina. “Percorremos a cidade durante a madrugada e estamos aproveitando a claridade agora para avaliar melhor os impactos. Foco hoje é assegurar vidas!”, tuitou, acrescentando que as aulas na rede municipal de ensino foram suspensas.

O governador Carlos Moisés (Republicanos) fez um apelo, também pelo Twitter, para que a população fique atenta “aos

sinais (dos riscos trazidos pela chuva), como rachaduras em paredes e muros, árvores e postes inclinados ou fendas e depressões no terreno”.

Resgate

No município de São Pedro de Alcântara, uma mulher de 42 anos foi resgatada, ontem, depois que o carro em que estava foi arastado por uma correnteza. O

Corpo de Bombeiros de Santa Catarina conseguiu salvá-la içando-a com um helicóptero.

No Norte do Rio de Janeiro, as chuvas também causaram mortes e destruição. Os temporais deixaram pelo menos dois mortos (um deles, um idoso atingido por num raio) e cinco feridos em Conceição de Macabu — onde as aulas também foram suspensas — e em Carapebus.

Na Bahia, a prefeitura de

Cachoeira, no Recôncavo Baiano, decretou estado de emergência depois que fortes chuvas fizeram estragos na região. Segundo a Superintendência de Proteção e Defesa Civil da Bahia (Sudec), 37 municípios foram afetados pelas tempestades e nove decretaram situação de emergência.

Segundo o Climatedo, a previsão para as próximas horas continua sendo de chuvas intensas na Bahia e no Espírito Santo.

YANOMAMIS

MPF apura fraudes na compra de remédios

» MARIANA ALBUQUERQUE*
» ISABEL DOURADO*

Enquanto lideranças yanomamis denunciam a falta de remédios e de assistência médica na terra onde vivem — o resultado disso seria a morte de pelo menos três crianças —, o Ministério Público Federal (MPF) investiga um esquema de desvio de medicamentos que deveriam ir para a comunidade, além de superfaturamento. Por causa disso, a Polícia Federal (PF) deflagrou a Operação Yoasi, na última quarta-feira, e cumpriu 10 mandados de busca e apreensão em Boa Vista. Os desvios teriam acontecido em 2020 e no ano passado.

Segundo o MPF, de todos os distritos especiais sanitários indígenas do país, o relacionado aos yanomamis (DSEI-Y) foi o que mais desembolsou recursos para a compra de remédios. Por causa disso, o Ministério Público recomendou ao Ministério da Saúde que nomeie um interventor federal para chefiar o distrito sanitário daquela comunidade.

O DSEI-Y, conforme as apurações do MPF, recebeu mais de R\$ 200 milhões desde 2020. A investigação também identificou que o distrito contratou, 2021, R\$ 3 milhões em medicamentos essenciais, mas apenas cerca de 30% desse material teria sido entregue e distribuído aos yanomamis.

A investigação do MPF detalha que foram gastos R\$ 42 milhões em 2020, R\$ 54 milhões em 2021 e R\$ 34 milhões este ano. Além dos gastos anuais, o MPF estima que outros R\$ 95 milhões foram destinados à entidade Missão Evangélica Caiuá — que realiza trabalhos assistenciais junto a várias tribos indígenas do país.

População pequena

De acordo com o MPF, apesar do volume de gastos, o DSEI-Y é apenas o 10º mais populoso do país entre os 34 distritos sanitários existentes nos territórios indígenas. A Terra Yanomami tem cerca de 28 mil indivíduos em 10 milhões de hectares, distribuídos no Amazonas e em Roraima.

Os desvios teriam deixado mais de 10 mil crianças indígenas desassistidas, aumentando os casos graves de malária e verminoses. “Esses medicamentos eram registrados como se, de fato, tivessem sido entregues dentro do que havia sido contratado. Mas, na verdade, isso não ocorreu e provocou um desabastecimento generalizado nos postos de saúde dentro da Terra Yanomami”, salientou Caio Luchini, delegado federal responsável pelas investigações da Operação Yoasi.

O esquema simulava o envio de medicamentos para as aldeias yanomamis por meio de registros falsos no Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica. Para evitar o total desabastecimento e disfarçar as irregularidades, os envolvidos na fraude realizavam doações de pequenas quantidades de medicamentos.

A partir de junho deste ano, o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuana, Júnior Hekurari, intensificou as denúncias de que havia algo errado com o fornecimento de remédios. “Venho avisando desde 2020 que o povo estava morrendo por falta de medicamentos simples, como dipirona, ou remédios para malária”, lamentou.

EDUCAÇÃO

Após liberar, governo trava R\$ 366 milhões

» MARCOS BRAZ*

Horas depois de desbloquear os R\$ 366 milhões que haviam sido contingenciados no orçamento do Ministério da Educação (MEC), o governo federal reteve novamente a verba. A informação com o recuo foi divulgada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

Segundo a instituição, o documento assinado pelo setor financeiro do MEC, às 19h37, mostra que o governo federal “zerou o limite de pagamentos das despesas discricionárias do Ministério da Educação — MEC previsto para o mês de dezembro”. A pasta não se manifestou, assim como ficara calada sobre o desbloqueio feito mais cedo.

Os recursos novamente retidos seriam utilizados para o pagamento de despesas básicas, como contas de luz, água e pagamento de funcionários terceirizados. Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes

das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) — que anunciou o desbloqueio —, a retenção dessa verba inviabiliza o funcionamento da rede federal de ensino.

O dinheiro retido pelo governo federal torna ainda mais dramática a situação de universidades e institutos de ensino superior federais, pois não era suficiente para saldar as dívidas acumuladas. Segundo a Andifes, para que a situação caminhe para a normalidade, é necessário que o MEC repasse a verba que foi suprimida em junho passado. “As universidades federais continuam no aguardo da restituição do valor de R\$ 438 milhões”, cobrou a entidade que congrega os dirigentes das instituições federais de ensino superior.

Em junho, houve um bloqueio que, inicialmente, seria de 14,5% do orçamento da educação, mas que foi reduzido a 7,2%. A retenção foi mantida e a rede federal de ensino perdeu R\$ 438 milhões. Em outubro, novo golpe no funcionamento de universidades

Ed Alves/CB



Retenção orçamentária do MEC foi segunda-feira. Ontem, houve o desbloqueio e, horas depois, a nova contenção

federais de ensino superior: R\$ 328 milhões foram suprimidos.

Penúria

A Andifes e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) denunciaram que o primeiro bloqueio, feito na última segunda-feira, foi “enquanto o país inteiro assistia ao jogo da seleção brasileira” na Copa do

Catar contra a Suíça. Com a nova supressão, muitas universidades asseguram que não têm como manter os serviços, bolsas e até pagamentos de salários com os cortes sucessivos promovidos pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Mais cedo, quando comemorou o efeito da pressão para a liberação dos R\$ 366 milhões que aliviarão parte da penúria vivida pela educação superior federal, a Andifes afirmou que “seguirá

atenta aos riscos de novos cortes e bloqueios e manterá o diálogo com todos os atores necessários, no Congresso Nacional, governo, sociedade civil e com a equipe de transição do governo eleito para a construção de orçamento e políticas necessárias para a manutenção e o justo financiamento do ensino superior público”. (Com FG)

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi